

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.519 - MG (2019/0292665-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : H J DE O (PRESO)
RECORRENTE : F H A G (MENOR)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por H. J. DE O. e F. H. A. G. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.092116-3/000.

Consta nos autos que os Recorrentes foram condenados como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, ao cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade pelo prazo máximo de 3 (três) anos, com reavaliação semestral obrigatória. O Magistrado sentenciante determinou a extração das guias de execução para o início do cumprimento da medida (fl. 187).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte de origem (fls. 242-247).

Neste recurso, os Recorrentes alegam, em suma, a probabilidade de provimento da apelação, porquanto a sentença apresenta diversos equívocos e os Estudos Técnicos realizados evidenciaram a necessidade de afastamento das medidas em meio fechado, de modo que deverá ser concedido efeito suspensivo ao recurso de apelação defensivo – com a imediata suspensão da execução da medida socioeducativa imposta.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do efeito suspensivo à apelação interposta ou, sucessivamente, a aplicação imediata de medida de prestação de serviços à comunidade.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

O Tribunal local, ao manter a decisão de primeiro grau e afastar o efeito suspensivo do recurso de apelação, apresentou os seguintes fundamentos (fl. 245; sem grifos no original):

"Tem se posicionado o entendimento pretoriano no sentido de ser cabível o recebimento da apelação apenas em seu efeito devolutivo, com a imediata execução da internação determinada na sentença, se esta tiver sido anteriormente estabelecida em caráter cautelar, porque o art.

Superior Tribunal de Justiça

520, II, do CPC reza que o recurso de apelação será recebido somente em seu efeito devolutivo, se ajuizado em face de sentença que confirma os efeitos de tutela antecipada, sendo aludido dispositivo aplicado subsidiariamente ao ECA e analogicamente na hipótese."

Os fundamentos apresentados pela Corte Local não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque, aparentemente, estão em consonância com o entendimento desta Corte Superior, no sentido de que, "[a] partir do julgamento do HC 346.380, a 3ª Seção do Superior Tribunal passou a adotar o entendimento de que a não concessão de efeito suspensivo à apelação interposta contra sentença que aplique medida socioeducativa não viola o direito fundamental de presunção de não culpabilidade" (AgInt no HC 456.269/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019).

Ademais, entendo, ao menos por ora, que a tese de substituição da medida socioeducativa de semiliberdade pela prestação de serviço à comunidade não foi apreciada pelo Tribunal local, de modo que não pode ser conhecida originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, nas quais deverão constar o estágio atual do processo e a situação socioeducacional dos Recorrentes.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora